Banco Bradesco Cartões S.A.

Empresa da Organização Bradesco CNPJ 59.438.325/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

pelo Banco Central do Brasil. No primeiro semestre de 2019, o Bradesco Cartões registrou Lucro Líquido de R\$ 638 milhões, correspondendo a R\$ 238,52 por lote de mil ações,

Patrimônio Líquido de R\$ 8.664 milhões e Ativos Totais de R\$ 48.008 milhões. A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado,

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, do Banco Bradesco Cartões. A incorporação visa a promover a reorganização societária com o objetivo de: a) buscar maior sinergia e eficiência operacional, com a consequente otimização e racionalização S.A. (Bradesco Cartões ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar a consequente of promover a reorganização os cartões ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar a consequente of promover a reorganização os cartões ou Instituição), elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar dos cartões de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar dos cartões de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar dos cartões de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar dos cartões de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar dos cartões de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar dos cartões de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar dos cartões de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar dos cartões de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar dos cartões de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar dos cartões de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas o portfólio dos cartões/correntistas (cartões de crédito e débito) em uma única entidade legal, o Bradesco; e c) simplificar a comunicação com os correntistas e com o mercado, considerando a uniformização da base de clientes e o fato de que a marca Bradesco Cartões já está consolidada e nada será alterado nos benefícios já assegurados aos clientes.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho

Osasco, SP, 24 de julho de 2019.

conforme previsto em seu estatuto social.		C343C0, O1, 24 de junto de 2013.						
Conforme comunicado ao mercado em 29 de julho de 2019, o Conselho de Administração do Banco Bra	idesco S.A. irá submeter à	à Assembleia Geral	al Diretoria					
	BALANÇO P	ATRIMONIAL EN	1 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
ATIVO	2019	2018	PASSIVO	2019	2018			
CIRCULANTE	30.461.106	26,909,592	CIRCULANTE	38.518.498	37.258.466			
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	128.015	163.149	DEPÓSITOS (Nota 11a)	15.629.614	16.261.915			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	3.300.944	2.957.884	Depósitos à Vista	13.023.014	10.201.313			
Aplicações no Mercado Aberto	3.161.650	297.769	Depósitos Interfinanceiros	15.629.227	16.261.903			
Aplicações no Depósitos Interfinanceiros	139.294	2.660.115	Outros Depósitos	387	10.201.903			
TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)					40 400 040			
TITULOS E VALORES MOBILIARIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	21.719	13.950	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	20.564.365	18.423.849			
Instrumentos Financeiros Derivativos	21.719	13.950	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	20.483.932	18.352.981			
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E INTERDEPENDÊNCIAS	526	1.683	Recursos em Trânsito de Terceiros	80.433	70.868			
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	-	1.549	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	5.227	28.453			
Depósitos no Banco Central	387	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.227	28.453			
Transferências Internas de Recursos	139	134	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.319.292	2.544.249			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	2.956.406	2.622.093	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.125	3.650			
Operações de Crédito - Setor Privado	5.267.187	5.010.023	Sociais e Estatutárias	45.157	-			
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.310.781)	(2.387.930)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	382.043	143.547			
OUTROS CRÉDITOS	24.005.463	21,108,196	Diversas (Nota 13b)	1.887.967	2.397.052			
Rendas a Receber (Nota 8a)		22.165	5.0000 (1000 100)	1.007.007	2.007.002			
Diversos (Nota 8b).	24.611.046	21.674.993						
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(605.583)	(588.962)	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	825,286	475.732			
OUTROS VALORES E BENS.	48.033	42.637	DEPÓSITOS (Nota 11a)	791.441	337.447			
Outros Valores e Bens		8.161	Depósitos Interfinanceiros		337.447			
Despesas Antecipadas.	7.053 40.980	34.476	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	791.441 1.149	337.447			
		• •	Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 6)		•			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.372.052	3.394.264		1.149	-			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	415.392	183.604	OUTRAS OBRIGAÇÕES	32.696	138.285			
Aplicações no Depósitos Interfinanceiros	415.392	183.604	Fiscais e Previdenciárias (Nota 13a)	17.395	23.158			
OPERÂÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7)	378.538	125.208	Diversas (Nota 13b)	15.301	115.127			
Operações de Crédito - Setor Privadó	572.403	299.100						
Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	(193.865)	(173.892)						
OUTROS CRÉDITOS	1.566.163	3.076.829	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.663.865	4.383.986			
Rendas a Receber (Nota 8a)	14.094	10.853	Capital:					
Diversos (Nota 8b)	1.552.104	3.065.981	- De Domiciliados no País (Nota 14a)	5.470.961	2.000.000			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(35)	(5)	Reservas de Lucros (Nota 14c)	3.028.233	2.235.233			
OUTROS VALORES E BENS	11.959	8.623	Aiustes de Avaliação Patrimonial	164.671	148.753			
Despesas Antecipadas	11.959	8.623	, jacies de , trainação , acimentamento					
PERMANENTE	15.174.491	11.814.328						
INVESTIMENTOS	14.538.068	11.173.150						
Participações em Coligadas e Controladas:	14.556.000	11.173.130						
- No País (Nota 9)	14.538.066	11.173.148						
	14.538.066	11.173.148						
Outros Investimentos	2	2						
IMOBILIZADO DE USO	15.852	14.049						
Outras Imobilizações de Uso	62.286	56.561						
Depreciąções Acumuladas	(46.434)	(42.512)						
INTANGÍVEL (Nota 10)	620.571	627.129						
Ativos Intangíveis	663.835	1.092.209						
Amortizações Acumuladas	(43.264)	(465.080)						
TOTAL	48.007.649	42.118.184	TOTAL	48.007.649	42.118.184			
	As Notas Explicat	tivas sao parte inte	grante das Demonstrações Contábeis.					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMULADO EM 30 DE JUNTO - EITI NEAIS ITILI						
	2019	2018				
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	2.223.275	2.161.476				
Operações de Crédito	2.096.210	2.023.389				
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c)	115.956	224.955				
Resultado com Instrumento Financeiros Derivativos (Nota 6c)	11.109	(86.868)				
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.763.576	1.790.867				
Operações de Captações no Mercado (Nota 11b)	526.568	666.525				
Operações de Empréstimos e Repasses	29	23				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f)	1.236.979	1.124.319				
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	459.699	370.609				
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	446.211	648.469				
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 15)	2.342.190	1.959.377				
Despesas de Pessoal (Nota 16)	(112.620)	(109.541)				
Outras Despesas Administrativas (Nota 17)	(841.150)	(777.372)				
Despesas Tributárias (Nota 18)	(290.400)	(238.043)				
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9)	113.688	408.021				
Outras Receitas Operacionais (Nota 19)	471.472	529.544				
Outras Despesas Operacionais (Nota 20)	(1.236.969)	(1.123.517)				
RESULTADO OPERACIONAL	905.910	1.019.078				
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	512	193				
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	906.422	1.019.271				
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBÚIÇÃO SOCIAL (Notas 22a e b)	(268.866)	(248.886)				
Provisão para Imposto de Renda	(252.094)	(76.839)				
Provisão para Contribuição Social	(154.784)	(63.664)				
Ativo Fiscal Diferido	138.012	(108.383)				
LUCRO LÍQUIDO	637.556	770.385				
Número de ações (Nota 14a)	3.809.262.604	2.445.708.244				
Lucro por lote de mil ações em R\$	238,52	314,99				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ACUMUL ADO EM 30 DE JUNHO - Em Regis mil

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA ACUMULADO EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil

	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	906.422	1.019.271
Ajustes ao Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.107.234	788.328
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	1.236.979	1.124.319
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(53.796)	38.785
Amortizações de Ágio	25.357	25.357
Depreciações e Amortizações	12.156	7.031
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(113.688)	(408.021)
Outros	226	857
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.013.656	1.807.599
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(152.131)	2.204.191
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(18.032)	11.487
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	1.130.459	2.480.778
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito	(1.834.550)	(1.100.091)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	927.802	(296.011)
Aumento/(Redução) em Depósitos	194.659	(10.480.348)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(235.934)	(2.507.154)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(332.959)	(105.921)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	1.692.970	(7.985.470)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.083)	(3.017)
Aquisição de Intangível	(19.816)	(11.927)
Dividendos Recebidos	27.179	6.444
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Investimentos	5.280	(8.500)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Juros sobre Capital Próprio Pagos	-	(170.000)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	-	(170.000)
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.698.250	(8.163.970)
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	1.633.054	10.224.888

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

3.331.304

2 060 918

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco Cartões S.A. (Bradesco Cartões ou Instituição) atuando como banco múltiplo, tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento), inclusive câmbio,

de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. da Organização Bradesco. Nas Demonstrações Contábeis do Bradesco Cartões, estão sendo apresentadas parte dos negócios de cartões, ou seja, somente daqueles portfólios e ativos vinculados diretamente a esta entidade jurídica.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período

nto/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa...

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), guando aplicável.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis do Bradesco Cartões evidenciam todas as informaçõe utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor

justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis; trabalhista; fiscais e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 24 de julho de 2019.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Bradesco Cartões

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou par As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apres em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro rata die e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço. c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operacões compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicáve e) Títulos e valores mobiliários - Classificação

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescid dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida de valor justo. ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização. A Instituição não possui 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

títulos classificados nesta categoria; e
Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria. OS títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) São classificadas de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não.

As operações que envolvem instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender as necessidades próprias para administrar a exposição global da Instituição. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado dos ativos e passivos financeiros são considerados como instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com sua natureza em:

• Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto

de hedge, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado; e

Hedge de fluxo de caixa: os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, têm a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada,
líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do respectivo hedge é reconhecida diretamente em conta de resultado.

g) Operações de crédito, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo) e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a expelhativa de risco. riência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores.

DEMON	NSTRAÇÃO DA	AS MUTAÇÕES	DO PATRIMÔ	NIO LÍQUIDO	- Em Reais m	il	
Eventos	Capital Social	Aumento _ de Capital	Reservas o	de Lucros Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31.12.2017	1.361.666	-	287.341	2.015.841	42.980	-	3.707.828
Aumento de Capital - AGE 30.4.2018	638.334	-	_	(638.334)	-	-	
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-		105.773	-	105.773
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	770.385	770.385
Destinações: - Reservas	-	-	38.519	531.866	-	(570.385)	-
 Juros sobre o Capital 						,	
Próprio (Nota 14d)	-	-			-	(200.000)	(200.000)
Saldos em 30.6.2018	2.000.000	-	325.860	1.909.373	148.753		4.383.986
Saldos em 31.12.2018	2.000.000	-	366.235	2.630.499	152.700	-	5.149.434
Aumento de Capital com Reserva (Nota 14b)	600.000	-	-	(600.000)	-	-	-
(Nota 14b)	-	2.870.961	-	-	-	-	2.870.961
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	11.971	-	11.971
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	637.556	637.556
Destinações: - Reservas	-	-	31.878	599.621	-	(631.499)	-
- Dividendos Propostos	-	-		-	-	(6.057)	(6.057)
Saldos em 30.6.2019	2.600.000	2.870.961	398.113	2.630.120	164.671	-	8.663.865

Período de atraso de 15 a 30 dias... Classificação do cliente de 31 a 60 dias. de 121 a 150 dias. de 121 a 150 dias de 151 a 180 dias · superior a 180 dias. A atualização (accrual) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o recontacimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão exis

As operações renadas dissilidadas contra de compensação, por no mínimo, cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação.

As operações de operações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em consideração as normas

instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A classificação das operações de crédito de um mesmo cliente ou grupo econômico é definida considerando aquela que apresentar maior risco, sendo admitidas em casos excepcionais, classificações diferentes para determinada operação, de acordo com a natureza, valor, finalidade da operação e caracterior de constituição de caracterior h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Ós créditos tributários de imposto de renda e contribuição sociál sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provições para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscai Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram Os creditos tributários sobre as adições temporarias serialo realizados quanto da utilizada e fou teversão das respectivas provisões sobre as quais toram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período comprendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota

foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15 e retornou à alíguota de 15% a partir de janeiro de 2019. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes

Ós investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo nétodo de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas/redução ao valor recuperável j) Intangível orresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Instituição ou exercidos com essa finalidade.

É composto por Rentabilidade futura/carteira de clientes adquirida
 São registradas e amortizadas, quando aplicável, em um período no qual o ativo deverá contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa futuro ajustadas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável: e

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade par uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretament atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados. k) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

Os ativos linalicientes e la on linalicientes sa a valiandos para vertical se la de videncia objetiva de que en ativos financierios perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábi do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

 m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
 O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:
 Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro possiva cividad De activas contingentes qui expectativa do avida de possiva de participator que processor qualicativas: com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas; Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores

a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensavies com sufficiente segurança; Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não setejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstran) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base pro rata die) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base pro rata die). Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis

Em 30 de junho - R\$ mil 2018 2019 101 Disponibilidades em moeda estrangeira . 127.240 674 163.045 Aplicações em ouro. Total de disponibilidades (caixa) 128.015 163.149 ceiros (1).... Total caixa e equivalentes de caixa ... 3.331.304 2.060.918

a) Vencimentos						Em 30 de	junho - R\$ mil
	1 a 30	31 a 90	91 a 180	181 a 360	Acima de	Tota	
	dias	dias	dias	dias	360 dias	2019	2018
Aplicação no mercado aberto:			-				
Posição bancada							
- Letras do tesouro nacional	3.161.650	-	-	-	-	3.161.650	297.769
Aplicações em depósitos							
interfinanceiros:							
 Aplicações em depósitos 							
interfinanceiros	81.428	10.025	31.329	16.512	415.392	554.686	2.843.719
Total em 2019	3.243.078	10.025	31.329	16.512	415.392	3.716.336	
Total em 2018	1.899.742	4.909	1.017.325	35.908	183.604		3.141.488
b) Receitas de aplicações interfinanc	eiras de liquidez	!					
Classificadas na demonstração de resul-			s com títulos e v	alores mobiliário	s		
,					Acum	ulado em 30 de	junho - R\$ mil
					2019		2018
Rendas de aplicações em operações	compromissada	s:					
Posição bancada					93.07	77	72.118
Rendas de aplicações em depósitos inte	erfinanceiros				22.85	51	152.837
Total (Nota 6c)					115.92	28	224.955

Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação		
		Em 30 de junho - R\$ mil
	2019	2018
strumentos financeiros derivativos	21.719	13.950
otal	21.719	13.950

E4 | **Valor** | São Paulo | Quarta-feira, 14 de agosto de 2019

bradesco cartões				Empre	esa da Orga CNPJ 59.438	co Carto nização Brades 3.325/0001-01 a - 4º Andar - Vila Ya	sco						
b) Classificação por categorias e prazos			NOTAS E	XPLICATIVAS D <i>i</i>	A ADMINISTRA	ÇÃO ÀS DEMONSTI	RAÇÕES CONTÁE 2019	BEIS				Em 30 c 2018	le junho - R\$ mil
Títulos Instrumentos financeiros derivativos	 purado de acordo c		31 a dia ço de mercado disp	85 85 85 37	Valor merca contáb	ado/ bil (1) 21.719 21.719	Valor de custo atualizad 21.7 21.7 cos de mercado disp	719 7 19	Marcação a mercado	- - n base em cotaçõe	Valor de mercado/ contábil (1) 13.95 13.95 es de distribuidores)	Marcação a mercado - - ação, modelos de
c) Resultado de operações com títulos e valores mobilia Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	ários e instrumento	os financeiros deriv	Ac 2019 . 11! . 1:	umulado em 30 de 5.928 .109 28	2018 224.955 (86.868)	II) Composição dos	instrumentos final	nceiros derivativo	s (ativos e passivo	os), demonstrada _l	pelo seu valor de 20 Cu atuali	Em 30 c 19 sto zado/	valor de mercado de junho - R\$ mil 2018 Custo atualizado/ mercado
Total	rumentos financeiro om o controlador e e iros derivativos, qua passivos. Os derivat unceiros nos termos	os derivativos, represempresas ligadas, que ando utilizados pela i tivos geralmente represe e datas especificado	entados por contrate e se destinam a ater nstituição como ins esentam compromi os nos contratos. O	ider às necessidad trumentos de "hed ssos futuros para t valor justo dos con	les próprias, para lge", destinam-se rocar moedas ou ntratos a termo é	Compras a termo a revendas a termo a rec Total do ativo Compras a termo a pa Vendas a termo a pa Total do passivo III) Valores de referé	æberagargar					102 21.617 21.719 5.647 729 6.376	13.487 463 13.950 28.453 28.453
descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fe A política de gestão de risco da Organização Bradesco é fur de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas p I) Valor dos instrumentos registrados em contas de com	itores de risco adeq idamentada na utiliz elo Banco Bradesco	uados. zação de instrumento o e empresas controla	s financeiros deriva	tivos com o objetiv Em 30 de		Contrato a termo: Compras a termo	- 	1 a 30 dias	8.803	a 180 181 a lias dia 6.985 1	anos anos	2019 .843 417.449	de junho - R\$ mil otal 2018 448.279
Contratos a termo (1) Compromissos de compra: - Moeda estrangeira - Moeda estrangeira - Moeda estrangeira (1) Contratos efetuados em dólar. 7) OPERACÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉD	1.	417.449 517.685	1.100.236	2018 or global 448.279 1.703.048	1.254.769	Vendas a termo	eitas e das despesa tado líquido das ope om Instrumentos Fina tia dos instrumento	rações a termo sor anceiros Derivativo os financeiros deri	s". ivativos por local d	- (2018 - R\$ (86.868 de negociação	- 3) mil), apresentad	·	
a) Modalidades e prazos Operações de crédito		1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias		dias	Curso nor 81 a 360 dias	Acima de 360 dias	2019		Total (A)	2018	de junho - R\$ mil
Empréstimos e títulos descontados. Outros créditos (1)		1.560.447 12.069.833 13.630.280 12.723.546	86.796 3.667.596 3.754.392 3.366.170	137 2.057 2.195 1.965	.901 .249	370.304 2.992.885 3.363.189 2.980.636	620.963 1.277.903 1.898.866 1.545.180 Curso ano Parcelas ver		3.271.5 22.067.2 25.338.7	65	12,9 87,1 100,0	2.731.385 20.065.001 22.796.386 Em 30 c	12,0 88,0 100,0 de junho - R\$ mil
Operações de crédito Empréstimos e títulos descontados		1 a 30 dias 235.524 235.524 214.301		580 580 574	61 a 90 dias 220.715 220.715 185.076	91 a 180 dias 633.192 633.192 622.144	181 a 54 dias 1.02 1.02		2019 2.345.142 2.345.142	% 100 100	0,0	2.324.845 2.324.845 Em 30 c	% 100,0 100,0 de junho - R\$ mil
Operações de crédito Empréstimos e títulos descontados. Total em 2019. Total em 2018		1 a 30 dias 34.848 34.848 39.504	31 a 60 dias 12.280 12.280 14.613	Pa 61 a 90 dias 14 14	rcelas vincenda 91		81 a 360 dias 48.312 48.312 56.359	Acima de 360 dias 76.754 76.754 84.022	2019 222.9 222.9		Total (C) 100,0 100,0	2018 252.893 252.893	% 100,0 100,0
Operações de crédito Empréstimos e títulos descontados Outros créditos (1) Total em 2019 Total em 2018 (1) Outros créditos compreendem títulos e créditos a recebe			. 22 . 27	-B+C) .839.590 .067.265 .906.855			% 20,9 79,1 100,0	Total Geral	201	8 (A+B+C) 5.309.123 20.065.001 25.374.124		- Em 30 C	% 20,9 79,1
b) Modalidades e níveis de riscos Operações de crédito Empréstimos e títulos descontados	28.357 2.302.953 2.331.310 8.43 2.197.543	A 1.480.077 12.103.343 13.583.420 48,7 12.546.480 49,4	B 379.704 2.869.800 3.249.504 11,6 2.834.090 11,2	C 1.056.735 4.189.886 5.246.621 18,8 4.314.175	Nível de risco D 433.058 198.984 632.042 2,3 555.218 2,2	E 357.660 69.245 426.905 1,5 299.855 1,2	F 276.542 33.234 309.776 1,1 315.535 1,2	G 265.930 25.380 291.310 1,0 284.823	H 1.561.527 274.440 1.835.967 6,6 2.026.405 8,0	2019 5.839.590 22.067.265 27.906.855	70.9 79,1 100,0	Em 30 of tal 2018 5.309.123 20.065.001 25.374.124	% 20,9 79,1 100,0
c) Faixa de vencimentos e níveis de risco I) Níveis de risco		Δ	В	C	D		Nível de risco es em curso anorma	al (3) G	Н	Total em 2019_	% (1)	Em 30 c	de junho - R\$ mil
Parcelas vincendas			7,008 1,028 510 591 1,406 1,712 1,761 128.632 2 2	17.972 2.394 992 1.338 3.356 4.298 5.594 197.325 180 55.413 141.731 1 215.297 6.459	40.377 7.171 1.750 2.241 5.906 8.459 14.850 190.630 345 13.376 31.115 145.761 33 231.007 23.101	35.889 6.574 2.060 2.521 6.058 7.389 11.287 174.871 410 9.007 15.786 26.406 123.242 20 210.760 63.228	16.247 1.993 831 961 2.511 3.518 6.433 212.107 198 3.820 7.185 11.045 189.818 41 - 228.354 114.177	19.274 2.310 948 1.117 2.925 4.159 7.815 184.139 228 3.147 5.924 7.444 167.302 94 203.413 142.389	86.174 13.378 5.189 5.699 14.117 18.777 29.014 1.257.438 1.2447 19.323 28.837 30.058 152.797 1.024.913 63 1.343.612 1.343.612	222.941 34.848 12.280 14.468 36.279 48.312 76.754 2.345.142 230.580 232.715 633.192 1.025.068 63 2.568.083 1.694.322	100,0 15,6 5,5 6,5 16,3 21,7 34,4 100,0 0,1 9,9 9,8 9,4 27,1 43,7	252.893 39.504 14.613 16.565 41.830 56.359 84.022 2.324.845 3.974 210.326 199.574 185.076 622.144 1.102.005 1.745 2.577.738 1.817.769	100,0 15,6 5,8 6,6 16,5 22,3 33,2 100,0 0,2 9,0 8,6 8,0 26,8 47,4 0,1
Parcelas vincendas	2.301.748 1.386.627 357.466 181.697 264.223 110.877 858 29.562 2.331.310 2.331.310	A 13.417.413 7.236.460 2.065.483 1.193.359 1.784.880 964.109 173.122 166.007 13.583.420 67.917 13.583.420 68.111 67.917 194 12.546.480 62.932 62.732 200	B 3.077.500 1.632.129 475.869 282.056 429.981 218.126 39.339 36.364 3.113.864 31.139 3.249.504 32.249.504 29.249.504	C 4.941.208 2.510.238 727.474 445.928 709.640 432.116 5.031.324 150.940 5.246.621 163.793 157.399 6.394 4.314.175 136.572 129.424 7.148	D 390.679 155.189 40.793 29.369 56.300 55.849 53.179 10.356 401.035 40.104 632.042 97.883 63.205 34.678 555.218 90.088 55.522 34.566		Nível de risco es em curso norma F 79.340 31.504 7.376 5.629 11.815 13.702 9.314 2.082 81.422 40.710 309.776 309.714 154.887 154.827 315.535 315.473 157.768	86.175 28.087 8.651 5.411 11.536 14.707 17.783 1.722 87.897 61.528 291.310 291.281 203.917 87.364 284.823 284.794 199.375 85.419	H 478.430 224.224 52.433 35.644 60.964 53.252 51.913 13.925 492.355 492.355 1.835.967 1.835.967 2.026.405 2.026.405	Total em 2019 24.982.526 13.274.034 3.754.392 2.195.249 3.363.189 1.898.866 496.796 356.246 25.338.772 949.536 27.906.855 3.110.264 2.643.858 466.406	% (1) 98,6 52,4 14,8 8,7 13,3 7,5 1,9 1,4 100,0	Total em 2018 22.631.089 12.558.249 3.366.170 1.965.729 2.980.636 1.545.180 215.125 165.297 22.796.386 25.374.124 3.150.789 2.749.525 401.264	% (1) 99,3 55,1 14,8 8,6 13,1 6,8 0,9 0,7 100,0
(2) Operações com atraso inferior a 15 dias e que não apre: II) Operação Exposição Operações de crédito		mentares, recuperaçã Em dia 23.915.229	Atraso de 0 a 14 dia:	· •	Atraso de 15 a 60 dias 948,285	Atraso 61 a 90		Atraso de 91 a 180 dias 755.670		raso de a 360 dias 1.094.774	Atraso ao de 360 d		Total 27.906.855
Maior devedor Dez maiores devedores Vinte maiores devedores Cinquenta maiores devedores Cem maiores devedores (1) Em relação ao total da carteira - critério Bacen.		67.928 189.497 246.358 358.279 474.260	0,2 0,7 0,8 1,3 1,7		9 junho - R\$ mil % (1) 0,1 0,4 0,6 1,0 1,4	e) Setor de atividad Setor privado	e econômica		27 27 33 1 1	9019 906.855 512.637 .620.545 .119.731 .655.975 116.386 .394.218 .906.855	% 100,0 12,6 5,8 4,0 2,4 0,4 87,4 100,0		le junho - R\$ mil % 100,0 11,7 5,4 3,8 2,3 0,2 88,3 100,0
Nível de risco AA	% Mínimo de provi- sionamento requerido 0,0 0,5 1,0 3,0	Curso normal 2.331.310 13.583.420 3.113.864 5.031.324 24.059.918	Curso anormal 135.640 215.297 350.937	Total 2.331.310 13.583.420 3.249.504 5.246.621 24.410.855	% 8,4 48,7 11,6 18,8 87,5	Especifi Vencidas 1.286 5.920 7.206	70 539 609	Genérica 67.917 31.139 150.940 249.996	Provis Excedente	2019 Total - 68.111 33.294 163.793 265.198	2,2 1,1 5,2 8,5	2018 Total 62.932 29.111 136.572 228.615	% 2,0 0,9 4,3 7,2
D. E	10,0 30,0 50,0 70,0 100,0	401.035 216.145 81.422 87.897 492.355 1.278.854 25.338.772 90,8 22.796.386 89,8	231.007 210.760 228.354 203.413 1.343.612 2.217.146 2.568.083 9,2 2.577.738 10,2	632.042 426.905 309.776 291.310 1.835.967 3.496.000 27.906.855 25.374.124 100,0	2,3 1,5 1,1 1,0 6,6 12,5	19.063 52.461 106.053 128.898 1.257.438 1.563.913 1.571.119 50,5 1.658.699 52,6	4.038 10.767 8.124 13.491 86.174 122.594 123.203 4,0 159.070 5,1	40.104 64.843 40.710 61.528 492.355 699.540 949.536 30,5 931.756 29,6	34.678 182.150 154.827 87.364 - 459.019 466.406 15,0 401.264 12,7	97.883 310.221 309.714 291.281 1.835.967 2.845.066 3.110.264	3,1 10,0 10,0 9,4 59,0 91,5	90.088 205.414 315.473 284.794 2.026.405 2.922.174	2,9 6,5 10,0 9,1 64,3 92,8
g) Movimentação da provisão para créditos de liquidaçã Provisão específica (1)	á mais de 14 dias;		970 392 2.99 1.230 (1.11 3.11 1.69 944 460 26	7.347 2.796 2.985 1. 128 3.979 7.843)	2 junho - R\$ mil 2018 1.977.458 1.063.492 389.612 3.430.562 1.124.319 (1.404.092) 3.150.789 931.756 401.264 260.715	Provisão para crédito Percentual sobre a ca i) Receitas de opera Empréstimos e títulos Recuperação de créc Total	arteira de renegociaçãos de crédito s descontados litos baixados como	çãoprejuízoprejuízo				919.410 76,3% Acumulado em 30 d 19 .828.229 267.981 .096.210	2018 958.177 76,4% de junho - R\$ mil 2018 1.762.674 260.715 2.023.389
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da o (3) A provisão excedente é constituída considerando a expei a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos e pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de pri por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspor (4) Classificadas em receitas de operações de crédito; e (5) No 1º semestre de 2019, foram realizadas cessões de cr	peração e, portanto riência da Administra specíficos e globais ovisão estabelecido identes (Nota 7e); édito de operações j	ação e a expectativa dos créditos, associa s como mínimos na já baixadas para prej	de realização da ca ada à provisão calcu Resolução nº 2.682 uízo, sem retenção	lada de acordo co /99 do CMN. A pro	m a classificação ovisão excedente	Rendas a receber Dividendos Total						14.094 14.094	de junho - R\$ mil 2018 22.165 10.853 33.018
tes de R\$ 870.110 mil (2018 - R\$ 650.723 mil), cujo valo h) Movimentação da carteira de renegociação Saldo inicial em 31 de dezembro			Ac 2019 1.1883 5 (53) 6 (26)	3.918 9.516) 9.562)	2018 1.296.315 902.946 (669.424) (275.027) 1.254.810	Compras faturadas - Crédito tributário (No Impostos e contribuiç Devedores diversos Outros	ta 22c) ões a compensar				2 		de junho - R\$ mil 2018 20.065.001 2.402.380 872.265 1.299.401 101.927 24.740.974

Em 30 de junho - R\$ mil

Em 30 de junho - R\$ mil Pessoal Chave da

Administração

Banco Bradesco Cartões S.A.

Empresa da Organização Bradesco CNPJ 59 438 325/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	 a) INVESTIMENTOS Ds ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimes 	entos foram registrados em o	contas de resultado, so	ob a rubrica de "Resultado de participações em col	igadas e controladas".	
ľ	Capital	Patrimônio	Lucro	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)	Participação no	Valor contábil
			.,		1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	

620.571

Em 30 de junho - R\$ mil

Em 30 de junho - R\$ mil

	Capital	Patrimônio	Lucro	possuídas (em	milhares)	Participação no	Valor cor	ıtábil	Resultado de equival	ência patrimonial
Empresas	social	líquido	líquido	Cotas	Ações	capital social %	2019	2018	2019	2018
Banco Bradesco BERJ S.A.	3.087.000	3.684.170	59.341	_	155	100,000	3.670.076	3.587.848	59.341	44.381
Banco Bradescard S.A. (2)	4.862.677	5.580.381	(333.672)	-	6.251.375	100,000	5.580.381	2.984.923	(333.672)	32.843
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	1.761.996	1.748.881	76.712	-	1.350.132	100,000	1.748.881	1.619.766	76.712	132.751
Bradescard Elo Participações S.A	880.000	2.245.060	172.630	-	4.167.605	100,000	2.245.060	1.893.318	172.630	153.862
Bankpar Consultoria e Serviços Ltda	493.500	1.008.582	106.931	493.500	-	100,000	1.008.582	855.818	106.931	26.947
Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda	182.500	353.040	13.551	96.118	-	64,078	226.223	208.716	8.684	9.338
Shopfácil Soluções em Comércio Eletrônico S.A	22.400	73.579	28.828	-	2.106	80,000	58.863	22.759	23.062	7.876
MPO Processadora de Pagamentos Móveis S.A. (1)	23.550	(133)	-	-	1.413.069	50,000	-	-	-	23
Total							14.538.066	11.173.148	113.688	408.021
(1) O valor da participação no Patrimônio I (quido a Descoberto da empresa	MPO Processadora de	Panamentos Móveis S	A no valor de R\$ 66 mil	(2018 - R\$ 13 mil) actá	registrado na rubrica	"Outras Obrigações": a				

O valor da participação no Patrimônio Líquido a Descoberto da empresa MP
 Aumento devido a incorporação da Amapari Administradora de Cartões S.A.

1.154.075

10) INTANGÍVEL Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:					
					junho - R\$ mil
	Taxa			Custo líquido d	e amortização
	amortização	Custo	Amortização	2019	2018
Software (1)	20%	139.786	(43.264)	96.522	52.365
Rentabilidade futura/carteira de cliente (2)	5%	1.014.289	(490.240)	524.049	574.764

(533.504) (465.080) (1) Softwares adquiridos de empresas especializadas; e

(2) Representado pelo ágio na aquisição da participação acionária do Banco Bradescard S.A., amortizável mediante a realização por rentabilidade futura/carteira de clientes registrados no Ativo Permanente, que será amortizado até novembro de 2029. No 1º semestre de 2019 foi amortizado, o montante de R\$ 25.357 mil (2018 - R\$ 25.357 mil). 11) DEPÓSITOS

91 a 180 181 a 360 1 a 30 31 a 60 61 a 90 Acima de 360 dias 2019 2018 Depósitos à vista Depósitos interfinanceiros 312.801 331.761 13.514.259 618.309 852.097 16.420.668 16.599.350 387 **313.188 290.694** Outros depósitos . 16.421.055 331.761 618.309 280.878 269.425 14.863.423 557.495 16.599.362

12) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes
 Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

A ποιτιώς ω e μαι τε επι μισύενου μοιισίαις, σε παιτίθεα τασαιπίστα, είνει e πεία, αccorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras", em razão da interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas

que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição III - Provisão para riscos fiscais A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados,

não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões. Dentre as principais teses, destacamos:
IRPJ/CSLL sobre perdas de crédito - (2018 - R\$ 79.026 mil): pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor

das perdas efetivas e definitivas, relativas aos descontos incondicionais concedidos, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias. Em geral, as provisões referentes às ações judiciais do Bradesco Cartões são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais con considerados de longo prazo, de considerados de longo prazo, de considerados de longo prazo, de considerados de la considerado de la IV - Movimentação das provisões

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1) (2)
No início do semestre 2019	39.257	31.709	115.317
Atualização monetária	2.357	1.922	1.090
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	5.343	33.479	(97.987)
Pagamentos	(5.984)	(34.245)	` <u>-</u>
No final do semestre de 2019 (Nota 13b)	40.973	32.865	18.420
No final do semestre de 2018 (Nota 13b)	42.566	31.426	116.830
(1) Compreende, substancialmente, por obrigações legais; e			

(2) Inclui reversão de IRPJ e CSLL sobre perdas de crédito no montante de R\$ 81.301 mil e reversão de PIS e Cofins sobre valores auferidos a título de JCP no montante de R\$ 16.686 mil.

no montante de n.\$ 10.000 fmir.

C) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente, e totalizaram, em 30 de junho de 2019 R\$ 359.343mil (2018 - R\$ 254.424 mil)

llados como de risco de perdra possivei na sao reconnecidos contabilmente, e totalizaram, em 30 de junno de 2019 R\$ 359.343mil (2018 - R\$ 1.552.416 mil) para os processos cíveis e R\$ 1.659.866 mil (2018 - R\$ 1.552.416 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

Autuação de IRPJ e CSLL, relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos, no montante de R\$ 102.363 mil (2018 - R\$ 98.665 mil); e

Autuação de IRPJ e CSLL, ano calendário 2012 e 2013, relativo à glosa de despesas de captação com depósitos interfinanceiros, no montante de R\$ 1.419.315 mil (2018 - R\$ 1.354.470 mil).

13) OUTRA	S OBRIGAÇÕES	
1)	Fiscais 6	previdenciárias	

Outras...

Propagandas, promoções e publicidades. Serviços técnicos especializados..... Materiais, energia e outros....

2019 2018
5.274 11.441
Em 30 de junho - R\$ mil
2019 2018

(2) Inclui substancialmente Programas de Recompensa; e (3) Inclui R\$ 8.772 mil (2018 - R\$ 2.726 mil) de valores recebidos de cliente a processar e R\$ 200.278 mil (2018 - R\$ 166.841 mil) relativo a anuidades de

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.000.000 mil (2018 - R\$ 2.000.000 mil) é representado por 3.809.262.604 (2017 -2.445.708.244) ações ordinárias e preferenciais, nominativas escritura b) Composição do capital social Quantidade de ações referenciais 1.222.854.121 2.000.000

1.222.854.123 Em 30 de junho de 2018.. 1.222.854.123 1.222.854.121 2.000.000 (1) Foi homologado pelo Bacen em 28 de maio de 2019, a Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 16 de abril de 2019 que deliberou o au mento de căpital social de R\$ 600.000 mil, mediante capitalização de parte do saldo da Conta "Reservas de Lucros - Estatutária"

ações nominativas-escriturais; e

(2) Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de junho de 2019, que deliberou a incorporação de ações de emissão da Amapari Administradora de Cartões S.A., convertendo-a em subsidiária integral do Bradesco Cartões, com aumento de capital em R\$ 2.870.961, mediante a emissão de 1.363.554.360 ações, sendo 681.777.181 ações ordinárias e 681.777.179 ações preferenciais.

c) Reservas de lucros		
<i>'</i>	Em :	30 de junho - R\$ mil
	2019	2018
Reservas de lucros	3.028.233	2.235.233
- Reserva legal (1)	398.113	325.860
- Reserva estatutária (2)	2.630.120	1.909.373
(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital soc das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal som		
ou para compensar prejuízos; e (2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativ	as da Sociedade, pode ser	constituída em 100%

visanto a manutenção de margem operational compative com o desarrol de as operações ativas da ocuerdade, pode se constituida de militorio de constituidade en movimento das operações destrutados en 100% de constituidade en reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo do cálculo dos dividendos relativos aos semestres findos em 30 de junho:

2018 770.385 (38.519) 637.556 Lucro líquido......(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro... (31.878 **605.678** Base de cálculo. **731.866** 200.000 Juros sobre capital próprio (1). mposto de renda retido na fonte sobre capital próprio (1)... (30.000)Dividendos propostos (1). 6.057 6.057 1,0% 2,48 170.000 23,2% 69,51 Valor em Reais por lote de mil ações ... (1) Em 30 de junho de 2018 não houve distribuição de dividendos com base no resultado, devido aos juros sobre o capital próprio distribuídos ser superior

ao mínimo obrigatório de 1%.

e) Lucro por Ação
O lucro por Ação
O lucro por Ação
O lucro por Ação
O lucro por Ação
D lucro por Ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderal
G A Tatividade de gerenciamento dos riscos e airamente estrategica em virtuou du crescente comprisor em carcados nos conduz a em constante aprimoramento dos riscos de modo integrado conducta en virtude do externatividade, na busca das melhores práticas conduz a em constante aprimoramento dos riscos de modo integrado en desta atividade, na busca das melhores práticas conduz a em constante aprimoramento dos riscos de modo integrado en desta atividade, na busca das melhores práticas conduz a em constante aprimoramento dos riscos de modo integrado en desta atividade, na busca das melhores práticas conduz a em constante aprimoramento dos riscos de modo integrado en desta atividade, na busca das melhores práticas conduz a em constante aprimoramento dos riscos de modo integrado en desta atividade na desconcidade en defendamento dos riscos de modo integrado en desta atividade na desconcidade en defendamento dos riscos de modo integrado en desta atividade na desconcidade en defendamento dos

	Acumulado em	30 de junho - R\$ mil
	2019	2018
Comissões	1.326.922	1.147.238
Rendas com cartão de crédito (1)	1.015.268	812.139
Total	2.342.190	1.959.377
(1) Inclui tarifas bancárias e anuidades.		
16) DESPESAS DE PESSOAL		
	Acumulado em	30 de junho - R\$ mil
	2019	2018
Proventos	53.489	45.744
Benefícios	27.766	30.245
Encargos sociais	18.339	17.988
Participação dos empregados nos lucros	7.050	7 480

i di licipação dos empregados nos ideros	7.000	7.700
Provisão para processos trabalhistas	5.343	7.595
Outras	633	489
Total	112.620	109.541
17) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS		
	Acumulado em 30 de junho - R	
	2019	2018
Serviços de terceiros	298.857	235.648
Processamento de dados	297.897	305.497
Comunicações	68.261	63.610
Depreciações e amortizações	37.513	32.388

35.163 26.648 4.020 72.791 **841.150**

18) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	A	00 de issele - Doil
	2019	30 de junho - R\$ mil 2018
Contribuição à Cofins	164.355 97.085 26.721 2.239	145.672 67.154 23.701 1.516
Total	290.400	238.043
19) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	Acumulado em	30 de junho - R\$ mil
	2019	2018
Variações monetárias e cambiais ativas Reversão de outras provisões operacionais. Receitas de recuperação de encargos e despesas	273.681 70.764 35.923 - 91.104	308.614 55.815 25.692 10.565 128.858
Total	471.472	529.544
(1) Inclui receitas de incentivos comerciais no montante de R\$ 34.724 mil (2018 - R\$ 81.893 mil). 20) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS		
	Acumulado em	30 de junho - R\$ mil

2018 405.173 475.731 **2019** 512.609 Despesas com outras provisões (1). Despesa com comercialização de cartão de crédito. 415.465 Descontos concedidos em renegociações 143.535 118.273 Outras. 1.123.517 1.236.969 (1) Inclui substancialmente Programas de Recompensa.

21) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução nº 4.636/18 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. As principais transações estão assim representadas:

Coligadas e Controladas

s	Ativos						
	Disponibilidades	127.240	163.149	674	-	-	-
	Aplicações no mercado aberto	3.161.650	297.769	-	-	-	-
s	Aplicações em depósitos interfinanceiros	554.686	2.843.719	-	-	-	-
ς,	Instrumentos financeiros derivativos	21.719	13.950	-	-	-	-
	Dividendos a receber	-	-	14.094	10.853	-	-
s	Operações de crédito, outros créditos e outros						
	valores e bens	300.573	264.130	12.635	2.039	13.939	-
	Passivos						
ς,	Depósitos interfinanceiros	16.420.668	16.599.350	-	-	-	-
0	Instrumentos financeiros derivativos	6.376	28.453	-	-	-	-
ır	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	45.157	-	-	-	-	-
	Outros passivos	-	-	9.125.067	7.704.182	-	-
r					Acum	ulado em 30 de j	unho - R\$ mil
			Contro	oladores	С	oligadas e Con	troladas
			2019	2018		019	2018
0	Receitas de intermediação financeira		115.928	224.9	55	28	_
	Doenocae do intermediação financeira		(526 568)	(666 F	25)		

(526.568) (86.868 (369.695) Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais....

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

· O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Para 2019, foi determinado o valor máximo de R\$ 11.155 mil (2018 - R\$ 13.890 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 7.339 mil (2018 -

R\$ 14.130 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras

Benefícios de curto e médio prazo a administradores Acumulado em 30 de junho - R\$ mil 7.555 4.008 Acumulado em 30 de junho - R\$ mil

Planos de previdência complementar de contribuição definida. 3.653 A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

nstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social Acumulado em 30 de junho - R\$ mil Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3h). (362.569)(458.672)Efeito no cálculo dos tributos: Participações em coligadas e controladas 45.475 183.609 Juros sobre capital próprio pagos . 90.000 Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis... (16.603) (15.142)(1) Inclui, basicamente: (i) os valores de IRPJ e CSLL registrados sobre perdas de crédito; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social Acumulado em 30 de junho - R\$ mil 2019 Impostos correntes:
Imposto de renda e contribuição social devidos... (406.878) mpostos diferidos: Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias 138.012 (108.383) 138.012 (108.383) c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

				R\$ mil
	Saldo em 31.12.2018	Constituição	Realização/ Baixa	Saldo em 30.6.2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.017.165	504.411	(408.064)	2.113.512
Provisões fiscais	22.482	427	(15.567)	7.342
Provisões trabalhistas	15.703	1.507	` (821)	16.389
Provisões cíveis	12.683	1.974	(1.511)	13.146
Outros	271.301	303.197	(247.541)	326.957
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.339.334	811.516	(673.504)	2.477.346
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do País	11.317	-	` -	11.317
Total dos créditos tributários (Nota 8b) (1)	2.350.651	811.516	(673.504)	2.488.663
Obrigações fiscais diferidas (Nota 13a)	10.693	-	(5.419)	5.274
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.339.958	811.516	(668.085)	2.483.389

-,	,			Em 30 de junho	de 2019 - R\$ mil	
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa			
	Imposto	Contribuição	Imposto	Contribuição		
	de renda	social	de renda	social	Total	
2019	567.798	340.824	-	-	908.622	
2020	888.524	533.704	6.353	4.964	1.433.545	
2021	89.111	53.153	-	-	142.264	
2022	2.492	1.494	-	-	3.986	
2023	154	92	-	-	246	
Total	1.548.079	929.267	6.353	4.964	2.488.663	

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 2.447.565 mil (2018 R\$ 2.298.041 mil), sendo: R\$ 2.436.483 (2018 - R\$ 2.287.007 mil) de diferenças temporárias e; R\$ 11.082 mil (2018 - R\$ 11.034 mil) de prejuízo fiscal e

Todos os créditos tributários do Banco Bradesco Cartões foram devidamente ativados. e) Obrigações fiscais diferidas

e) obrigações instais unicidas A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 5.274 mil (2018 - R\$ 11.441 mil) relativas a relativas a atualização monetária de depósitos judiciais.

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

R\$ mil

a) Plano de Previdência Complementar

O Bradesco Cartões é patrocinador de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora, sendo os recursos investidos em um FIE (Fundo de Investimento Exclusivo)

O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A. e a BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM é a responsável pela gestão financeir dos fundos FIEs. As contribuições dos funcionários do Bradesco Cartões são equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e as contribuições do Bradesco Cartões são de 5%

As obrigações atuariais do plano de contribuição definida (PGBL) estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

As despesas com contribuições efetuadas durante o semestre de 2019 totalizaram R\$ 10.098 mil (2018 - R\$ 11.073 mil).

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos ne-

crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados

pelo CMN. Até 30 de junho de 2019, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados pela Instituição foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);

- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);

- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);

Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1);

 Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1); e
 Resolução nº 4.636/18 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 - R1).
 Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Conforme comunicado ao mercado em 29 de julho de 2019, o Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A. irá submeter à Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 30 de agosto de 2019, proposta de incorporação, pelo Banco Bradesco S.A., do Banco Bradesco Cartões S.A. A incorporação visa a promover a reorganização societária com o objetivo de: a) buscar maior sinergia e eficiência operacional, com a consequente otimização e racionalização socustos financeiros, operacionais, administrativos e legais advindos da manutenção do Bradesco Cartões; b) consolidar a estratégia de negócio de operar o portfólio dos cartões/correntistas (cartões de crédito e débito) em uma única entidade legal, o Bradesco; e c) simplificar a comunicação com os

correntistas e com o mercado, considerando a uniformização da base de clientes e o fato de que a marca Bradesco Cartões já está consolidada e nada será

Marcelo da Silva Rego - Contador - CRC 1SP301478/O-1



Banco Bradesco Cartões S.A.

Empresa da Organização Bradesco CNPJ 59.438.325/0001-01

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

ÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Banco Bradesco Cartões S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Cartões S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as

correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonia e financeira do Banco Bradesco Cartões S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para área relevante para a nossa auditoria. o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco

normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditoria: badadorias de abutionas contrabadorias de abutionas con

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD - Controladora e Investidas

Conforme mencionado nas notas explicativas nas 3g e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo valor total agresentado nas demonstrações contábeis é de R\$ 3.110.264 mil, a Instituição classifica suas operações de crédito (que compreendem as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito), em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas, dos clientes e das operações, tais como atraso, situação econômico-financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica, características das garantias e demais fatores e premissas previstos na Resolução CMN nº 2.682/99, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A Instituição e suas investidas aplicam os percentuais de perda determinados pela referida Resolução a cada nível de risco para fins de cálculo da provisão e complementa suas estimativas com base em estudos internos (provisões específica e excedente). A classificação das operações de crédito em níveis de risco, bem suas estimativas com base em estudios intentos (provisoes especimas e excedente). A classificação das operações de cloude em miveis de nociono, os percentuais de perda relacionados a cada nível de risco, envolvem premissas e julgamentos da Administração, baseados em suas metodologías internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Instituição quanto às perdas. Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos também, com base em amostragem, se a Instituição e suas investidas atenderam aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, relacionados com a amostragem, se a Instituição para créditos de liquidação duvidosa. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independidades dos auditores pela auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto notado nos a equança mas exercitas distorções contábeis.

explicativas nºa 3g e 7.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição e suas investidas para a provisão para créditos de liquidação duvidosa, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valor recuperável dos ativos As demonstrações contábeis incluem ágio de aquisição de investimento no valor de R\$ 524.049 mil (nota explicativa nº 10) cuja realização depende de estimativas de rentabilidade futura baseadas nos planos de negócio e orgamento preparados pela Instituição e que estão suportados por diversas premissas econômicas e de negócios, entre outras. Conforme descrito nas notas explicativas nºs 3], 3k e 10, face às alterações que ocorrem no ambiente econômico e regulatório nos seus mercados de atuação, a Instituição avalia continuamente as premissas e estimativas de rentabilidade da Unidade Geradora da Caixa (UGC) a que o ágio está alocado, taxas de crescimento, taxas de desconto e projeções de fluxo de caixa ou, no mínimo, a existência de indicativos de perda do valor recuperável dos ativos. Devido ao grau de julgamento inerente à determinação dessas estimativas e do impacto que eventuais mudanças nas premissas dessas estimativas teriam nas demonstrações contábeis, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Com base em amostragem, testamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos relevantes relacionados com a avaliação realizada pela Instituição de indicativos de perda do valor recuperável destes ativos. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação dessa avaliação. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Instituição nas demons-

Com base nos resultados dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequadas a mensuração dos valores recuperáveis dos ativos e as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisões e passivos contingentes - fiscais - Controladora e Investidas

Conforme descrito nas notas explicativas na 3m e 12, a Instituição é parte passiva em processos judiciais de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades, cujo total de provisão registrado e principais processos divulgados como possíveis nas demonstrações contábeis montam em R\$ 18.420 mil e R\$ 1.521.678 mil respectivamente. Algumas leis, regulamentos e discussões judiciais no Brasil tem grau de complexidade elevado, e portanto, a mensuração, reconhecimento e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, relativos a processos, e/ou, em certos casos, aderência à leis e regulamentos requer julgamento profissional da Instituição. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para reconhecimento e divulgações relacionados às Provisões e Passivos Contingentes, e ao valor do investimento registrado pelo método de equivalência patrimonial na controladora que também decorre das provisões e passivos contingentes das controladas, consideramos esse assunto relevante para a

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho e a efetividade operacional dos controles internos relacionados a identificação, avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes, bem como aqueles relacionados ao cumprimento de leis e regulamentos. Adicionalmente, com base em testes, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e premissas utilizados em sua metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Instituição, bem como dados e informações históricas. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativas aos principais assuntos fiscais em

que a Instituição está envolvido. Com base nos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a estimativa da Instituição para as provisões e passivos contingentes, bem co respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Controles de aplicativos e controles gerais de tecnologia da informação

A Instituição possui uma estrutura tecnológica bem como plano de investimentos em tecnologia para condução de seus negócios. O ambiente de tecnologia possui processos de gerenciamento de acessos e de mudanças nos sistemas e aplicativos, de desenvolvimento de novos programas, além de controles automatizados e/ou com componentes automatizados nos diversos processos relevantes. Para manter suas operações em funcionamento, a Instituição fornece acesso a sistemas e aplicações para seus colaboradores, levando em consideração as funções executadas por eles e sua estrutura organizacional. Os controles para autorizar, monitorar, restringir e/ou revogar os respectivos acessos a esse ambiente são importantes para assegurar que os acessos e as atualizações das informações sejam efetivados de forma apropriada e pelos profissionais apropriados, para mitigar o risco potencial de fraude ou erro decorrentes de acesso indevido ou mudança em um sistema ou informação, e para garantir a integridade das informações financeiras e dos registros contábeis. Em função do elevado nível de investimentos, da elevada dependência da Instituição de seus sistemas de tecnologia, do alto volume de transações processadas diariamente, e da importância dos controles de acesso e de gerenciamento de mudanças nos seus sistemas e aplicativos, consideramos essa

O desenho e efetividade operacional dos controles de acesso, tais como de autorização de novos usuários, de revogação de usuários desligados e de Base para opinião

Nossa auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes de monstrações contábeis de servicio d em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é sufficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

também, a avaliação das políticas de senhas, das configurações de segurança e de controle sobre desenvolvimentos e mudanças em sistemas e aplicativos. Addicionalmente, quando identificamos controles internos chave para o processo de relatório funanceiro e demais processos relevantes totalmente automaticado ou com algum componente dependente de sistemas e aplicações, testamos, com o auxílio de nosos especialistas de tecnologia da informação, o desenho e efetividade operacional desses controles.

As evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos nos permitiram considerar as informações extraídas de determinados sistemas para planejar a natureza, época e extensão de nossos testes substantivos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditor

aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerrament

não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorcõe garantia de que a adultor a entre caracter de actor de mante de la composition del la composition del la composition de la composition de la composition de la composition del la composition de la composition del la composition del la composition della composition Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceti cismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o

ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obti-

das, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para

expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos apli

cáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados com cativos na auditoria das demonstrações contábeis do período corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemo

esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que Lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 13 de agosto de 2019

Contador CRC 1SP206103/O-4

KPMG

CRC 2SP028567/O-1 F SP

ACESSE: VALOR.COM.BR



Com o VALOR DIGITAL, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser.

SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE

AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS Nº 04/2019. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a execução de obras civis relativas a execução de base de fundação, elevada, em concreto armado, conforme projeto executivo formecido pela DAEMO, para a instalação de reservatório metálico apolado com capacidade de 1.500 m³ de água potável, para atender as necessidades da Superintendência de Água, Espoto e Meio Ambiente de Olimpia – SP Entrega dos envelopes: 02/09/2019 até as 09/30min. Abertura dos envelopes: 02/09/2019 às 10/10/0min. Edital completo através do site www.daemo.sp.gov.br/licitacoes-tomada-de-precos, através do e-mail edital@c licitação. Olímpia, 13 de agosto de 2019. Maria Justina Boitar Riscali – Superintendente – DAEMO Ambiental.

Andorra Holdings S.A.

CNPJ nº 08.503.501/0001-00 - NIRE 35.300.337.018 Ata Sumária da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24.6.2019

Data, Hora, Local: Em 24.6.2019, às 9h, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP. Mesa: Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Ismael Ferraz. Quórum de Instalação: Totalidade do capital social. Edital de Convocação: Dispensada a publicação, de conformidade com o disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Deliberações:** 1) aprovada, sem qualquer alteração ou ressalva, a proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquele Órgão de 17.6.2019, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado em livro próprio, para alterar o estatuto social; a) no artigo 7º, aumentando de Catalando de Cataland 2 (dois) para 3 (três) o número mínimo e de 8 (oito) para 13 (treze) o número máximo de membros da Diretoria, eliminando o cargo de Diretor e criando os cargos de Diretor Vice-Presidente e Diretor da Diretoria, eliminando o cargo de Diretor e criando os cargos de Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente, com a consequente alteração da redação do parágrafo segundo do Artigo 8º e Artigo 10; e b) no Inciso III do Artigo 17 do Estatuto Social, corrigindo o porcentual do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) para 1% (um por cento), modificado indevidamente na Assembleia Geral Extraordinária de 24.4.2017, às 8h30, registrada sob nº 121.572/18-3, em 8.3.2018. Em consequência, os mencionados dispositivos passam a ter as seguintes redações: "Artigo 7º) A Sociedade será administrada por uma Diretoria, eleita pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, estendendo-se até a posse dos novos diretores eleitos, composta de 3 (três) a 13 (treze) membros, distribuídos nos seguintes cargos: Diretor Geral, Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente. Artigo 8º) - Parágrafo Segundo - Ressalvadas as exceções previstas expressamente neste estatuto, a Sociedade só se obriga mediante assinaturas, em conjunto, de no mínimo 2 (dois) diretores, devendo um deles estar no exercício do cargo de Diretor Geral ou Diretor Vice-Presidente. Artigo 10) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por Vice-Presidente. Artigo 10) Além das atribuições normais que lhe são conferidas pela lei e por este Estatuto, compete específicamente a cada membro da Diretoria: a) ao Diretor Geral, presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar e coordenar a ação dos seus membros; b) aos Diretores Vice-Presidentes, colaborar com o Diretor Geral no desempenho das suas funções; e c) aos Diretores Gerentes, o desempenho das funções que lhes forem atribuídas e assessorar os démais membros da Diretoria. Artigo 17) O lucro líquido, como definido no artigo 191 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, apurado em cada balanço terá, pela ordem, a seguinte destinação: III. pagamento de dividendos propostos pela Diretoria que, somados aos dividendos intermediários e/ou juros sobre o capital próprio declarados, de que tratam os parágrafos primeiro e segundo deste artigo urem aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo mínimo obrigatório. 1% (um po cento) do respectivo lucro líquido, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificado ons itens I, II e III do artigo 202 da referida Lei in 6.404/76."; 2) em consequência da deliberação tomada no item anterior, corrigindo o porcentual do dividendo mínimo obrigatório, rerratificar a destinação do resultado do exercício de 2018, deliberada no item "II" da Ata da Assembleia Gera Ordinária de 30.4.2019, às 9h15, registrada sob nº 309.698/19-4, em 6.6.2019, a qual passa a ser a seguinte: "II)... destinação do lucro líquido do exercício no valor de R\$41.833.653,50, conforme segue: R\$2.091.682,68 para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Lega!"; R\$39.344.551,11 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R\$397.419,71, para pagamento de dividendos, o qual deverá ser feito até 30.6.2019."; 3) promover os senhores Marcelo de Araújo Noronha Cassiano Ricardo Scarpelli e Eurico Ramos Fabri, Diretores, ao cargo de Diretor Vice-Presidente designation include occupant of the control of the Walkiria Schirrmeister Marchetti, brasileira, casada, bancária, RG 11.595.787-X/SSP-SP, CPI 048.844.738/09: Guilherme Muller Leal. brasileiro, casado, bancário, RG 07.178.555-4/SESEG-RJ 1948.444.738/09; Guinnerme Muller Lea, forasileiro, casado, bancário, RG 107.178.595-49.5ES-G-RJ, CPF 965.442.017/15; Rogério Pedro Câmara, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3/ SSP.SP, CPF 063.415.178/90; João Carlos Gomes da Silva, brasileiro, casado, bancário, RG 13.097.633-7/SSP-SP, CPF 044.972.398/45; e Bruno D'Avilla Melo Boetger, brasileiro, casado, bancário, RG 07.153.101-6/SECC-RJ, CPF 867.749.957/91, todos com domicífilo no Núcleo Cidade de Deus, 4º andar do Prédio Vermelho, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Em consequência de Deus, 4º andar do Prédio Vermelho, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. Em consequência do deliberado nos itens "3" e "4", a Diretoria da Sociedade, com mandato até a posse dos novos Diretores que serão eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2021, fica assim composta: Diretor Geral: André Rodrigues Cano, RG 8.487.985-3/SSP-SP, CPF 005.908.058/27; Diretores Vice-Presidentes: Marcelo de Araújo Noronha, RG 65.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15; Cassiano Ricardo Scarpelli, RG 16.290.774-6/SSP-SP, CPF 082.633.238/27; Eurico Ramos Fabri, RG 20.336.308-5/SSP-SP, CPF 248.468.208/58; Diretores Gerentes: Moacir Nachbar Junior, brasileiro, casado, bancário, RG 13.703.383-7/SSP-SP, CPF 062.947.708/66; Renato Ejnisman, brasileiro, casado, bancário, RG 13.440.778-7/SSP-SP, CPF 136.865.628/55; Walkiria Schirrmeister Marchetti, brasileira, casada, bancária, RG 11.595.787-X/SSP-SP, CPF 048.844.738/09; Guilherme Muller Leal, brasileiro, casado, bancário, RG 07.178.555-4/SESEG-BJ. CPF 965.442.017/15: Rogerio Pedro Câmara visileiro, casado, NG 07.178-55-4/RSEG-RJ, CPF 965.442.017/15; Rogério Pedro Câmara, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3/SSP-SP, CPF 965.442.017/15; Rogério Pedro Câmara, brasileiro, casado, bancário, RG 16.247.624-3/SSP-SP, CPF 063.415.178/90; João Carlos Gomes da Silva, brasileiro, casado, bancário, RG 13.097.633-7/SSP-SP, CPF 044.972.398/45; e Bruno D'Avila Melo Boetger, brasileiro, casado, bancário, RG 07.153.101-6/SECC-RJ, CPF 867.743.957/9, todos com domicílio no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900; 5) fixado o valor mensal individual de R\$1.000,00 (mil reais) para remuneração dos diretores eleitos, enquanto permanecerem no exercício de suas funções na Sociedade. *Enceramento*: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou os trabalhos, lavrando-se a presente Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Membros da Mesa e pelos representantes das acionistas presentes. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Ismael Ferraz; Acionistas: Nova Paiol Participações Ltda. e Miramar Holdings S.A., representadas por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz. *Declaração*: Declaração: Declaração: Declaração: Declaração: ne se devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Dagilson Ribeiro Carnevali - Presidente e Ismael Ferraz - Secretário. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUESP. Certifico o Ferraz - Secretário. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o

registro sob número 410.784/19-9, em 29.7.2019. a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇOIABA DA SERRA

RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2019 Processo Administrativo nº 103/2019

OBJETO: Aquisição de Fraldas Descartáveis Geriátricas e Infantis para atender a demanda do Pronto Aten dimento e de Ordem Judicial, conforme Termo de Referência contido no Anexo I. Após analisar todas as da douta do (a) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio, acolho suas razões pelas quais optaram em seu julgamente pelas propostas das licitantes, e havendo manifestação nos autos, fica retificado o seguinte:Onde se lê:PAMI & VAMD COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP nos itens 01, 02, 03 perfazendo um valor total de R\$ 20.728,92 (vinte mil setecentos e vinte e oito reais e noventa e dois centavos);RCV do BRASIL EIRELE EPP no item 4, perfazendo um valor total de R\$ 385,20 (trezentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos). Passa a ler:PAMP & VAMD COMÉRCIO VAREJISTA LTDA EPP nos itens 02, 03 perfazendo um valor Tassa a ELITAMI EL MANDE COMPACTO ARRESTS AND ARRESTS quarenta centavos). E. entendo como justo e legal, motivo pelo qual HOMOLOGO a presente licitação em favor das mesmas proponentes vencedoras. Proceda-se ao empenho e contrato. Diante do item 05 ter sido considerado fracassado, fica REVOGADO tal item. Araçoiaba da Serra, 12 de agosto de 2019.

> Dirlei Salas Ortega Ordenador de Despesa

Bradescard Elo Participações S.A. CNPJ nº 09.226.818/0001-00 - NIRE 35.300.349.415

Ata Sumária das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizadas em 30.4.2019 Data, Hora, Local: Em 30.4.2019, às 9h45, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. *Mesa:* Presidente: Dagilson Ribeiro Carneval Secretário: Ismael Ferraz. *Quórum de Instalação*: Totalidade do Capital Social. *Presença Legal*: Administrador da Sociedade e representante da KPMG Auditores Independentes. *Publicações Prévias*: Os documentos de que trata o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, quais sejam: os Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes e as Demonstrações Contábeis relativos ao exercíci social findo em 31.12.2018 foram publicados em 12.4.2019 nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo", páginas 4 e 5, e "Valor Econômico", páginas E9 e E10. *Edital de Convocação:* Dispensada a publicação do Edital de Convocação, de conformidade com o disposto no §4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76. *Disponibilização de Documentos:* os documentos citados n tem "Publicações Prévias", as Propostas da Diretoria, bem como as demais informações exigida: pela regulamentação vigente foram colocados sobre a mesa para apreciação do acionista **Deliberações: Assembleia Geral Extraordinária** aprovaram, sem qualquer alteração ou ressalva a proposta da Diretoria, registrada na Reunião daquele Órgão de 22.4.2019, dispensada sua crição, por tratar de documento lavrado em livro próprio, para aumentar o capital social n de R\$160.000.000,00, elevando o de R\$880.000.000,00 para R\$1.040.000.000,00, ser missão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reserva de Lucros Estatutária", de acordo com o disposto no parágrafo primeiro do artigo 169 da Lei nº 6.404/76 com a consequente alteração do "caput" do artigo 6º do estatuto social, o qual passa a ter a seguinte redação: "Artigo 6º) O capital social é de R\$1.040.000.000,00 (um bilhão e quarenta milhões de reais), dividido em 4.167.605.327 (quatro bilhões, cento e sessenta e sete milhões seiscentas e cinco mil, trezentas e vinte e sete) ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valo nominal." Assembleia Geral Ordinária: 1) tomaram as contas dos Administradores e aprovarar ntegralmente as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31.12.2018 2) aprovaram, sem qualquer alteração ou ressalva, a proposta da Diretoria, registrada na Reunião laquele Órgão de 30.1.2019, dispensada sua transcrição, por tratar-se de documento lavrado en ivro próprio, para destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31.12.2018 no valor de R\$ 336.000.744,19, conforme segue: R\$16.800.037,21 para a conta "Reserva de Lucros - Reserva Legal"; R\$316.008.699,91 para a conta "Reserva de Lucros - Estatutária"; e R\$3.192.007,07 para pagamento de dividendos, o qual deverá ser feito até 30.6.2019"; 3) relativamente à Administração da Sociedade: a) registraram os pedidos de renúncia formulados pelos senhores Josué Augusto Pancini e Maurício Machado de Minas - Diretores Gerentes, em cartas de 28.1.2019, cujas transcrições foram dispensadas, as quais encontram-se arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Foi consignado na ocasião agradecimentos pelos serviços prestados. b) promoveram o senhor Eurico Ramos Fabri - Diretor Gerente ao cargo de Diretor Geral; Em consequência, a Diretoria da Sociedade, fica assim composta: *Diretor Geral: Eurico Ramos Fabri*, RG 20.336.308-5/SSP-SP, CPF 248.468.208/58; *Diretores Gerentes: Marcelo de Araújo Noronha*, RG 56.163.018-5/SSP-SP, CPF 360.668.504/15; *André Rodrigues Cano*, RG 8.487.985-3/SSP-SP, CPF 005.908.058/27; e *Cassiano Ricardo Scarpelli*, RG 16.290.774-6/ SSP-SP, CPF 082.633.238/7; todos com domicílio no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900. *Enceramento*: Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente esclareceu que, para as deliberações tomadas, o Conselho Fiscal da Companhia não foi ouvido por não se encontrar instalado no período, e encerrou os trabalhos, lavrando-s a presente Ata, que lida e achada conforme, foi aprovada e assinada pelos Membros da Mesa e pelo Acionista presente. aa) Presidente: Dagilson Ribeiro Carnevali; Secretário: Ismael Ferraz; Administrador: Marcelo de Araújo Noronha; Acionista: Banco Bradesco Cartões S.A., representado por seus procuradores, senhores Dagilson Ribeiro Carnevali e Ismael Ferraz; Auditor: André Dala Pola. *Declaração:* Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. aa) Dagilison Ribeiro Carnevali - Presidente e Ismael Ferraz - Secretário. Certidão - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP. Certifico o registro sob número 396.297/19-5, em 19.7.2019. a) Gisela

imiema Ceschin - Secretária Geral.

anıma

ÂNIMA HOLDING S.A.

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Srs(as) Acionistas da Ânima Holding S.A para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 13 de setembro de 2019, às 15 horas, na Rua Natingui, n° 862, 1° andar, Vila Madalena, CEP 05443-001, São Paulo (SP), a fim de Ratificar a aquisição de participações societárias que resultaram na compra do controle das sociedades Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda. e Ages Empreendimentos Educacionais Ltda., detentoras dos direitos de mantenças das Instituições de Ensino AGES, pela SOBEPE -Sociedade Brasileira de Educação, Cultura, Pesquisa e Extensão S/A (subsidiária integral da Ânima Holding S/A), em atenção aos princípios do artigo 256 da Lei nº 6.404/76. Instruções Gerais: 1 Poderão participar da AGE os acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que o nome de tal acionista esteja registrado no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações - Itaú Corretora de Valores S.A. Nos termos do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, deverão sei observados os seguintes procedimentos: (a) A Companhia solicita aos acionistas o depósito de procurações, com firma reconhecida do outorgante, e documentos de representação em até 48 horas antes do horário marcado para a realização da AGE, em conformidade com o caput do Artigo 8º do seu Estatuto Social, com o objetivo de agilizar os procedimentos de identificação, ressaltando que os acionistas que comparecerem à AGE munidos dos documentos exigidos poderão participar e votar, ainda que tenham deixado de depositá-los previamente; e (b) Documentos a serem apresentados pelos acionistas antes do início da AGE: (i) pessoas físicas documento de identificação, (ii) pessoas jurídicas - documento de identificação do representante legal do acionista, devidamente acompanhado de cópia autenticada ou original do seu ato constitutivo, bem como da documentação de representação societária, identificando o seu representante legal (ata de eleição de diretoria) e (iii) acionista constituído sob a forma de Fundo de Investimento - documento de identidade do representante legal do administrador do Fundo de Investimento (ou do gestor do Fundo de Investimento, conforme o caso), acompanhado de cópia autenticada ou original do Regulamento do Fundo e do Estatuto Social ou Contrato Social do seu administrador (ou gestor, conforme o caso), juntamente com a ata de eleição do representante legal. 2. Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na AGE conforme previsto no Artigo 6º da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas, a partir desta data, na sede da Companhia e no seu website (<u>www.ri.animaeducacao.</u> com.br), bem como no website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br). 3 Observando o procedimento previsto na Instrução CVM nº 481/09, "Capítulo III-A", introduzido pela Instrução CVM nº 561/15, os acionistas poderão exercer o voto por meio de preenchimento e entrega do boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia na página da CVM e, também, em sua própria página na rede mundial de computadores.

São Paulo (SP), 14 de agosto de 2019. Daniel Faccini Castanho - Presidente do Conselho de Administração

Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações CNPJ nº 61.529.343/0001-32 - NIRE 35.300.053.800 Ata da Reunião Extraordinária da Diretoria realizada em 28.6.2019

Aos 28 dias do mês de iunho de 2019, às 11h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus. Prédic Vermelho, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, reuniram-se os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Lázaro de Mello Brandão, que convidou o senhor Carlos Alberto Rodrígues Guilherme para Secretário. Durante a reunião, em consonância com o disposto nos Parágrafos Terceiro e Quarto do Artigo 26 do Estatuto Social, os diretores deliberaram: 1. fixar, para os meses de julho a dezembro/2019, o valor dos juros sobre o capital próprio mensais, pagos ntecipadamente aos acionistas da Sociedade, em R\$2,01 por lote de mil ações; 2. prever a distribuição de juros sobre o capital próprio mensais aos acionistas da Sociedade, no primeiro dia útil dos meses de julho a dezembro/2019 (data da declaração), no valor de R\$2,01 por lote de mil ações, beneficiando os acionistas inscritos nos registros da Sociedade nas datas em que forem declarados. Os pagamentos deverão ser efetuados no primeiro dia útil dos meses de agosto/2019 a iro/2020, pelo valor líquido de R\$1,7085 por lote de mil ações; 3. pagar, conforme disposições estatutárias e legais, beneficiando os acionistas que estiverem inscritos nos registros da Sociedade nesta data, juros sobre o capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2019, no valor de aproximadamente R\$158 milhões, sendo R\$20,10 por lote de mil ações. O pagamento será efetuado em 15.7.2019, pelo valor líquido de R\$17.0850 por lote de mil acões. Dando sequência aos trabalhos, lembrou o senhor Presidente que: a) os juros sobre o capital próprio intermediários aprovados representam 10 vezes o valor dos juros sobre o capital próprio mensalmente pagos e b) em relação aos juros acima declarados (mensais e intermediários): i. os valores líquidos contemplam a dedução do Imposto de Renda na Fonte de 15% (quinze por cento), nos termos do Parágrafo Segundo do Artigo 9º da Lei nº 9.249/95, exceto para os acionistas pessoas jurídicas que dispensados da referida tributação, que receberão pelo valor declarado, por meio de crédito em conta corrente mantida no Banco Bradesco S.A.; ii. serão computados no cálculo do dividendo nínimo obrigatório do exercício previsto no Estatuto Social, e creditados individualizadamente a partir desta data, à conta de ações dos acionistas da Sociedade. Nada mais foi tratado

Declaração: Declaro para os devidos fins que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações. a) Carlos Alberto Rodrígues Guilherme - Secretário. Certidão -Secretaria de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob nº 399.245/19-4, em 25.7.2019, a) Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Denise Aguiar Alvarez e Carlos Alberto Rodrigues Guilherme.

encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que os diretores presentes assinam, registrando-se

ausência do senhor João Aguiar Alvarez. aa) Lázaro de Mello Brandão, Luiz Carlos Trabuco Cappi,